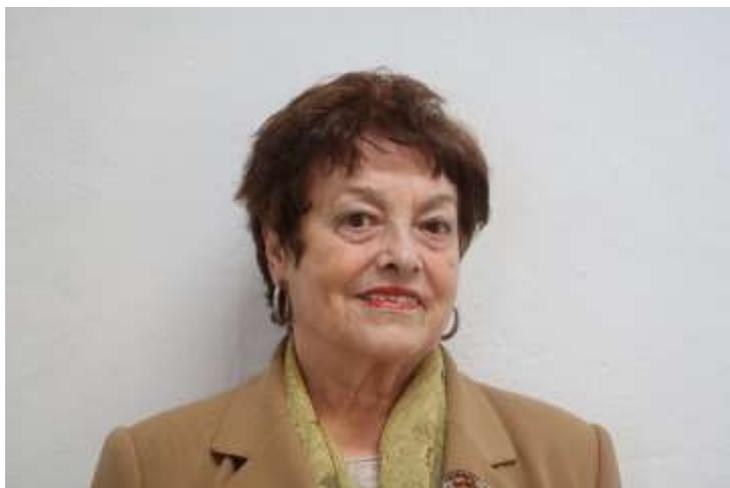


Entrevista com Aida Ferreira por Hélia Bracons¹



Aida Ferreira, licenciada em Serviço Social pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa em 1972, mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa em 1999 e doutorada em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa em 2012. Com 30 anos de experiência profissional, nos Ministérios do Trabalho, Segurança Social, Secretaria de Estado da Cultura e Ministério da Saúde, desenvolveu investigação direta com as populações, coordenou equipas de ação direta, fez apoio técnico a organizações e pesquisa de terreno em ordem à intervenção. Coordenou vários projetos de intervenção social comunitária, desempenhou funções de ensino em várias instituições, nomeadamente no Instituto Miguel Torga em Coimbra, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias na qual foi docente de 1999 a 2020 e diretora da Licenciatura em Serviço Social de 2000 a 2007 e diretora dos Mestrados: Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem Estar; Serviço Social e Política Social.

¹ Professora Auxiliar do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona | E-mail: helia.bracons@ulusofona.pt

Professora Aida é um gosto falar consigo e o nosso interesse é conhecer o seu percurso, experiência e trajetória profissional. Quais os motivos que a levaram a escolher Serviço Social?²

Eu escolhi a área de Serviço Social sem saber. Nasci numa zona rural em 1939 no tempo do Salazar e desde os 6 anos queria ser professora, porque ser a professora era diferente, pois não gostava do campo, embora a minha mãe e o meu pai não trabalhassem no campo. A minha mãe era costureira e o meu pai sapateiro.

Aos 10 anos quando terminei a 4ª classe, eu queria continuar a estudar, mas nunca naquela aldeia ou nas aldeias próximas alguém tinha estudado e, portanto, não havia nenhum exemplo. Depois de insistir com os meus pais, negocieei com eles para continuar os estudos e disse-lhes “dêem-me a minha parte das terras e dos bens, eu vendo e vou estudar”. Claro que não podia ser porque as propriedades eram necessárias para cultivar os alimentos. Então fiz o contrato de apontar todas as despesas com a educação e pagar quando começasse a trabalhar. Assim foi. Perdi um ano nesta teimosia. Como queria ser professora, a hipótese mais direta era entrar no liceu em Santarém que para mim era extremamente longe e caro, então tive de ir para a Escola Industrial e Comercial, Jacôme Ratton em Tomar e tirei o curso de Formação Feminina que formava as boas donas de casa, no tempo do Salazar com muita costura e muitos bordados, mas também outras disciplinas. Para professora primária tirei mais quatro disciplinas (chamadas Artigo 33), que davam ingresso ao Magistério Primário. Como fui muito bem acolhida e orientada pelos professores da escola, houve uma professora que me falou de um curso na área de serviço social que era o de auxiliar social. Ela tratou de uma bolsa através da Mocidade Portuguesa, que foi atribuída pela Misericórdia de Lisboa. Vim para a escola de São Pedro de Alcântara, internato dirigido por freiras da Congregação “Apresentação de Maria”. Foi uma ótima experiência de 2,5 anos. Tive quatro estágios, o último foi no IPO (Instituto Português de Oncologia, de Lisboa), correu muito bem e fui convidada para lá ficar. Fiquei um ano. Comecei a trabalhar aos 20 anos, tive de me emancipar, nessa altura só se atingia a maioridade aos 21 anos.

Entretanto tive outro convite para o Instituto de Cardiologia Social, fundado pelo Professor Doutor João Porto e aceitei. Tinha como objetivo ajudar os doentes cardíacos, pois não havia Serviço Nacional de Saúde e os doentes iam à consulta e por vezes não

² A entrevista foi realizada no dia 6 de janeiro de 2021, no âmbito da UC Fundamentos e História em Serviço Social (1ºano), da Licenciatura em Serviço Social. A transcrição da entrevista foi elaborada pelos discentes Beatriz Lourenço Vieira, Inês Moreira, Paulo Santana e Raquel Monteiro.

tinham dinheiro para medicamentos, transportes, nem podiam mudar de profissão quando a situação de doença o exigia. Portanto o nosso trabalho era fazer o acompanhamento nas consultas externas, dar os medicamentos gratuitos, ajudando economicamente, escrevendo ou telefonando para que não faltassem às consultas marcadas, mas também o acompanhamento no internamento, isto é, preparação psicológica para determinados exames, como cateterismo, cirurgias e claro para a alta. O mais difícil era a mudança de profissão, quando tinham profissões pesadas. Mas com a participação e decisão dos doentes conseguimos bons resultados. Estive aqui 8 anos, sempre no Hospital de Santa Maria, serviço de clínica médica e propedeutica médica.

Eu era muito crítica quanto à falta de respostas que havia na altura. As colegas da equipa do Hospital de Santa Maria começaram a motivar-me para tirar o curso de assistente social. Assim, em 1968, já casada com um filho e com outro a caminho ingressei no curso no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Senti-me sempre muito identificada com o curso, mesmo no tempo do Salazar. Tive professores muito bons, que nos passavam textos sobre Cristianismo e Marxismo por baixo da carteira e abriam-nos a mentalidade.

Quais os principais desafios na altura do Estado Novo e que problemáticas eram mais prementes?

As problemáticas mais prementes eram: a pobreza, salários muito baixos e o não apoio na doença. Não havia Serviço Nacional de Saúde e como eu trabalhava no setor da saúde, as pessoas entravam no hospital e iam acumulando a conta para pagar à saída. Só podiam sair quando pagassem a totalidade ao hospital. Eu reclamava imenso, pois algumas pessoas tinham de vender a casa para pagar as despesas do hospital. A pobreza era deste género não havia mínimos sociais, como hoje o RSI. Havia apenas subsídios eventuais ou mensais, da Assistência Social, que eram miseráveis.. O problema mais flagrante que aparecia tanto na área da saúde, como na assistência social era na verdade a pobreza e conseqüentemente o pedido de ajuda económica.

Não havia também formação após o curso, falávamos umas com as outras. Não havia telemóveis, só telefone fixo e nem todas as pessoas tinham, a falta de comunicação era outro desafio, e a união da classe. Claro que depois do 25 de abril houve uma explosão de reuniões, de comissões de formação de grupos, etc.

Quais foram as diferenças fulcrais que aconteceram antes e depois do 25 de Abril?

Para a profissão foram enormes, porque após o 25 de abril já nos podíamos organizar enquanto profissão. Eu estive desde o início, (1978) na constituição da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS). Mas para todos os cidadãos houve a possibilidade de reivindicações de todo o tipo, desde o direito de associação, direitos políticos e sociais, direito de reivindicação, direito à greve etc... Mas também respostas *ad hoc* tais como a criação de creches e jardins de infância através da união de profissionais, pais e pessoas das comunidades. Lembro concretamente o movimento criado em Setúbal onde estavam como ativistas assistentes sociais.

No meu caso, abriram-se as portas a várias experiências. Fui convidada (requisitada) para integrar o 1º Governo Provisório no Ministério dos Assuntos Sociais. A minha função era o atendimento de problemas sociais de todo o país. As pessoas vinham de norte a sul, individualmente, famílias ou em grupo, dirigiam-se à Praça de Londres para serem atendidos pelo Ministro. (Mário Murteira). O pelouro da Segurança Social estava com a Secretária de Estado, Maria de Lurdes Pintasilgo, com quem fiquei a trabalhar mais diretamente. Chegava a atender 100 pessoas por dia e trabalhar das 9h00 da manhã às 23h00. Percebi que ao nível do país, havia o reflexo dos problemas que eu tinha sentido na prática antes do 25 de Abril. Em setembro de 1974 a Engenheira Pintasilgo convidou-me para integrar com Teresa Santa Clara Gomes a presidência da Comissão Interministerial de Animação Sociocultural (CIASC). Esta tinha como finalidade colocar a função pública ao serviço da população. Tinha representantes de vários ministérios e uma equipa técnica de 12 elementos, alguns estrangeiros. Percorremos o país todo. Tínhamos reuniões nas sedes dos distritos, de norte a sul e Açores e Madeira. Algumas com cerca de 100 pessoas. Criaram-se equipas distritais e concelhias para a dinamização dos serviços públicos. Fez-se formação das mesmas. Fiquei com um conhecimento dos problemas sociais de todo o país. Mas foi um período muito agitado. Por várias razões propusemos a extinção da CIASC em 1976. Foi na história da função pública o primeiro serviço a propor a sua extinção.

Agora olhando para trás tem algum episódio que a tenha marcado e mudado enquanto pessoa e enquanto profissional?

Eu tenho vários episódios que me marcaram como profissional e concerteza como pessoa. Mas queria referir aqui um que originou a minha ida para o Ensino. Foi o facto de eu estar num serviço onde fui posta na “prateleira”, não sei se sabem o que é? Somos

colocadas de lado. Temos de cumprir o horário, mas não nos dão trabalho nenhum. Aconteceu-me isso por razões políticas em 1994. Eu não estava ligada a nenhum partido e não quis aderir ao convite superior. Inventaram uma carta a fazer queixa de mim, que nunca apareceu. Era mentira. Foi nessa altura que resolvi continuar a estudar que era aquilo que sempre quis. Resolvi reformar-me aos cinquenta e cinco anos porque já tinha trinta e cinco anos de serviço. Foi uma ótima viragem, portanto é a grande viragem para o ensino, para o mestrado e depois doutoramento. Não me afetou como pessoa porque já tinha passado por muitas injustiças. Estava vacinada. Aprendi que são os outros que têm problemas. Mas se o problema estiver em mim, não tenho dificuldades em pedir desculpa, dialogar e esclarecer.

Como olha para o Serviço Social atualmente e quais as perspetivas de futuro para o Serviço Social?

Quanto à formação, atualmente o curso de três anos é insuficiente. O meu curso foi de quatro anos, acompanhei os cursos de cinco anos, orientei, trabalhos de investigação de alunos de quinto ano, quando estava no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias quando surgiu Bolonha houve orientações superiores para o curso, e muitos outros, passarem para três anos. Mas agora o desafio que lanço é de estudarem muito por si, porque a licenciatura significa ter licença para avançar e estudar, ou seja, aprenderam a estudar, a investigar e devem continuar a fazer graduações académicas. Penso que não há neste momento, que eu saiba, uma avaliação comparativa dos vários cursos que existem, acho que são dezanove em Portugal. Reparem quando eu tirei o curso eram apenas três Institutos, três cursos que se conheciam e comunicavam. Agora não há nenhuma comparação de currículos, penso que o desafio é as escolas unirem-se e valorizarem a formação. Quanto à classe profissional, todos devem unir-se e conseguirmos finalmente, a Ordem dos Assistentes Sociais. A profissão tem de ser regulada é o principal desafio. Mas para mim, outro desafio será de cada um não se *enfeudar* só no Serviço Social. A minha experiência de vida foi ligar-me a movimentos sociais, causas, interesses noutras áreas, onde conheci pessoas diferentes, com outra forma de pensar, outros saberes e aprendi muito. É importante passarmos a ter outra visão que não é só a de Assistente Social.

Enquanto Assistente Social, quais as competências e as qualidades que devem estar presentes no nosso exercício profissional, e, quando estava no terreno, quais eram aquelas características que a marcavam mais?

Eu gostei de toda a atividade que tive. Todas as experiências foram úteis. Mas as competências mais marcantes são as relacionais a todos os níveis numa organização e com outras organizações exteriores. Também o aprofundamento do saber ligado às actividades que desempenhamos, quer sejam: intervenção, direção, coordenação, ensino, investigação. Dedicção total ao trabalho que assumimos. Outra competência é a afirmação do nosso saber. Esta atitude significa não aceitarmos que outros definam aquilo que é a nossa área de intervenção social e como devemos intervir. A este propósito há uma questão que neste momento está muito nas redes sociais, que é a dependência dos assistentes sociais do pessoal administrativo, sobretudo dos recursos humanos. Lembrome de um episódio quando estive no Gabinete do Ministro, logo após 25 de abril. O chefe de gabinete propôs-me um saco azul para distribuir dinheiro porque aparecia muita gente que ia seguindo os hábitos do Estado Novo. Havia uma Secretária de Estado, que distribuía subsídios individualmente a quem ia ao seu gabinete e dizia que era pobre. Atendi algumas dessas pessoas. Orientava-as para a área de residência. Essa Secretária de Estado também atribuía subsídios avultados a instituições cujos dirigentes conhecia pessoalmente. Eu como tinha estado no terreno e tinha de fazer a informação social *à posteriori*, relativamente a essas instituições, revoltava-me contra esse procedimento. Até porque era acusada pela Diretora Geral da Assistência de não informar bem os representantes das instituições. Não era verdade. Mas fazia parte do sistema de então. Portanto quando o chefe de gabinete me disse isso eu afirmei veementemente que não queria dinheiro para dar às pessoas no gabinete. Os problemas tinham de ser resolvidos no local de residência. Tinha de haver estruturas locais que dessem resposta, caso contrário, eram os mais espertos e que viviam mais perto, que levariam dinheiro e isso significava desigualdade de acesso à ajuda. O chefe de gabinete ficou mudo, virou costas e desapareceu. Passados oito dias veio falar comigo dizendo que eu tinha toda a razão, nós não podíamos distribuir dinheiro no Ministério. Isto é um exemplo de como com a nossa formação e o nosso saber não nos podemos sujeitar que outros mandem no nosso trabalho. Devemos sim, saber justificar o porquê apelando aos conhecimentos, valores e princípios da nossa profissão. Mas isto também só é possível em democracia.

Quais são as características que mais a marcam enquanto pessoa? A Profª Aida é uma pessoa muito determinada e muito lutadora. São características que os Assistentes Sociais têm que ter na nossa profissão?

É necessário aprofundar sempre o nosso conhecimento, seja em que área for. Só assim nos afirmamos como assistentes sociais. Pela nossa competência e dedicação. Trabalhei com várias problemáticas, tentava sempre corresponder ao que me era pedido. Quando trabalhei na Saúde, Segurança Social, Cultura e em projetos ligados à pobreza e ao género. Mas houve um projeto do FNUAP (Nações Unidas) proposto pela Comissão da Condição Feminina sobre planeamento familiar do qual fui responsável pela intervenção direta. Remodelei-o depois de ter sido aprovado. Justifiquei que tinha de passar de dois anos para quatro. Consegui, justificando muito bem porquê. Tive que aprofundar muito sobre planeamento familiar, sobretudo a posição da igreja relativamente a este assunto. O projeto foi desenvolvido na aldeia de Fareginhas, Castro Daire. Escolhemos essa aldeia com critérios científicos baseados em indicadores sociais. Os grandes desafios foram sempre: aprofundar a temática e problemática, o contexto social, as respostas e legislação que existem acerca dos problemas, a participação das pessoas em todo o processo e na tomada de decisões. Mas também tive várias situações em que tive a coragem de dizer a verdade: "não há resposta para esse tipo de problema, mas há a possibilidade de a de criar. Forme uma comissão ou grupo com pessoas que tenham o mesmo problema, e depois criem uma instituição ou cooperativa que dê respostas". Devemos dizer sempre a verdade às pessoas. É outro princípio fundamental. Não fazer o "jogo do empurra". Também devemos ter uma linguagem adequada, sabermos comunicar com os vários públicos.

Deve ter trabalhado com crianças, idosos e adultos. Na sua perspetiva, quais as pessoas mais difíceis de trabalhar e a mais interessante?

Cada um de vocês deve pensar quando começar a trabalhar, e, se tiver essa oportunidade, qual o grupo que prefere. Eu nunca trabalhei com idosos, mas atendi muitos idosos quando estava na Segurança Social. Trabalhar numa instituição com idosos era uma coisa que eu não gostaria de fazer. Acompanhei muitas famílias que tinham crianças e aquilo que eu gostava sempre era acompanhar as famílias com idosos e crianças e ver perante a ajuda que era dada, a sua evolução no sentido de uma mudança positiva.

O que eu gostei muito de fazer foi a intervenção em comunidades. É para mim a intervenção mais interessante. Estive envolvida na coordenação de vários projetos de

intervenção em comunidades. Castro Daire, Santarém, Almada. É trabalho de paixão tal como agora o Ensino.

Mas uma experiência difícil foi no Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão, logo quando terminei o curso 1972. Eram jovens que tinham estado na guerra colonial. Chegavam paraplégicos e tetraplégicos e não havia respostas para esses jovens. Não existia possibilidade de trabalho e não havia muitas vezes as condições de habitação, quando eles tinham alta. Foi dos sítios mais angustiantes, mas onde o trabalho de equipa ajudava muito, o médico, enfermeira, terapeuta, fisiatra, assistente social. Tínhamos reuniões de equipa todas as semanas. Iamos a casa das pessoas para alterar a sua habitação, de modo a que uma cadeira de rodas pudesse passar entre as portas e que os armários da cozinha pudessem descer para a pessoa ter acesso aos utensílios, etc. Iniciei aí uma investigação, com um médico sobre as condições em que viviam os que tinham tido alta. Depois saí, passado um ano, para a Direção Geral de Assistência e fui coordenar a equipa da Amadora.

Qual a importância do trabalho de terreno dos Assistentes Sociais? Atualmente acontece cada vez menos este contacto, o ir a casa das pessoas e o conhecer de perto as situações. Não se tem vindo a perder esta dimensão tão relevante do nosso trabalho?

Sim, penso que sim. Há vários autores que têm perspetivas diferentes. Uns defendem a visita domiciliária programada, avisada, outros defendem que não se deve ir a casa porque é intromissão na vida privada. Eu por toda a experiência que tive, pela reflexão que fiz e também por autores que defendem que é importante ir a casa das pessoas, não para vigiar, mas para compreender melhor as situações. Eu condeno aquilo a que costumo chamar “assistente social de gabinete”. Continuo a defender totalmente o conhecimento das famílias, desde as condições de habitação, as suas relações familiares etc. Percebemos, pelo olhar e pelas conversas com as crianças ou entre adultos, se há dificuldades. Poderia contar muitos exemplos da vantagem de visitar as pessoas. Mas vou falar de uma situação. Uma senhora foi muito agressiva quando pediu ajuda pela primeira vez. Antes tinha sido seguida por outra colega. Interpelou-me: “Então o que é que me dá?” Fiz a entrevista tentando perceber a situação e passei a visitá-la como fazia sempre. Aquela senhora vivia uma situação muito difícil. Tinha duas filhas que se prostituíam em Espanha e que tinham crianças que mandavam para a avó. Tinha oito crianças pequenas a viver com ela, filhos dela e netos, numa casinha típica rural no Cacém com um pequeno

quintal. O quintal era o melhor da casa. Estrategicamente eu tentava ir à hora de almoço para perceber o que as crianças comiam. Um dia perguntei: “Mas o que a senhora dá de comida às crianças?” Respondeu: “eu dou patas de galinha que me dão no talho, com arroz do mais barato e óleo, é o que consigo comprar.” Perguntei: “Óleo, mas não tem azeite?” e ela, “Não, o azeite é muito caro e não consigo comprar”. A partir desse momento, desenvolvi uma articulação com a Cáritas do Cacém, que atribuiu à família géneros alimentícios fundamentais de modo regular. Mas, eu estava a falar com ela e ouvia um estrondo dentro de casa, perguntei, “Mas o que é que se passa?” A senhora respondeu, “Ah, é uma criança que ali tenho”, “Mas está sozinha?” ela diz: “Venha ver, eu não sei o que é que ela tem, só bate com a cabeça nas paredes”. Fui ver a criança ao quarto e identifiquei que ela tinha uma doença mental, possivelmente autismo. (Eu tinha estagiado dois anos em Psiquiatria, Hospital de Santa Maria). Providenciei para que fosse ao Hospital da Estefânia e a criança passou a ser seguida nesse hospital. Nunca tinha ido ao médico. Se eu não visitasse, possivelmente não saberia, porque as pessoas naturalizam o modo como vivem. Estão muito centradas na ajuda económica para o mais essencial das suas vidas que é a alimentação.

Para terminar diria que nunca fui mal acolhida. Agora, se as pessoas não fazem visitas ou têm uma fundamentação teórica que seguem, ou estão acomodadas por ser mais fácil receber no gabinete.

Nos tempos de hoje, muitos assistentes sociais devido a esta pandemia, trabalham a partir de casa e, portanto, a questão da visita domiciliária, da criação de relação, do estarmos próximos das pessoas, efetivamente traz impactos. O que pensa sobre isto?

Tenho refletido sobre esta questão e, neste momento temos que pensar no objetivo principal que é evitar a contaminação das pessoas, é obter a saúde e é voltarmos a um estado, com a vacinação, em que todas as pessoas possam contactar e estar juntas de novo. Temos que ter mais cuidado ao falar diretamente com as pessoas, caso seja absolutamente necessário. Quem tiver computador (que muita gente não tem), falar por video conferencia, ou pelo telefone, porque o objetivo principal é a saúde. Não podemos fazer reuniões presenciais, nem ir a casa. Se não vamos a casa dos nossos familiares, também não vamos visitar os utentes. Mas estamos conscientes, não devemos ficar ansiosos, é um período provisório. O objetivo principal é obter a imunidade das pessoas.

Nesta altura conturbada, é necessário dar a informação correta e sensibilizar as pessoas sobre a pandemia, para se protegerem.

Falou num aspeto extremamente importante para a/o assistente social que é o da informação. A autora Maria do Carmo Falcão tem um livro onde fala muito do papel informativo do assistente social. É extremamente pertinente a todos os níveis. Quando acompanhamos a pessoa ou o grupo ou a comunidade para a resolução dos problemas. Informamos e refletimos, sobretudo para que aprendam e não fiquem eternamente dependentes dos serviços. É o que temos também de fazer sobre a pandemia. Informar corretamente, esclarecer dúvidas assim como o porquê de certas medidas que são impostas pelas autoridades de saúde.

A professora Aida já não dá aulas, como é que se está a sentir?

Sim, já não dou aulas neste ano letivo. Eu estou a escrever um livro da história da minha vida, pela linha da educação, o meu percurso de estudos. Eu não tenho é tempo para fazer tanta coisa que desejo. Tenho ainda outros projetos. Vamos a ver se consigo fazer tudo o que quero.

Quando trabalhava no terreno era muito difícil para si chegar a casa e tentar abstrair-se das situações mais difíceis?

Eu costumava dizer aos alunos quando dava aulas: “separem totalmente o trabalho, da família e de outros problemas, separem no sentido do pensamento. Às vezes é difícil, mas é um treino mental”. Eu quando comecei a trabalhar, estava a fazer o jantar ou a cuidar dos filhos, quando eram pequenos, a dar-lhes banho, por exemplo, e, na minha cabeça estava sempre a pensar nas situações mais difíceis e qual o caminho que deveria seguir. Depois fui aprendendo e treinando a organização do pensamento. Costumo dizer que é bom nós termos essa possibilidade. Nunca tive o hábito de chegar a casa e desabafar os problemas do trabalho. Nunca fiz isso. Assim como o contrário, não levar os problemas de casa para o trabalho. Dar aulas para mim é totalmente possível. Posso ter o maior problema, mas esqueço. Só existe a aula. Portanto tanto em casa como no local de trabalho podemos separar os campos. Devemos estar “inteiros” onde estamos e com quem estamos.

Neste momento, se tivesse oportunidade de mudar alguma coisa no Serviço Social, o que mudaria?

Eu tenho-me preocupado com a passagem do Curso para os três anos. É muito bom que exista estágio no segundo e terceiro anos na ULHT. Mas há uma dificuldade de tempo para um maior aprofundamento de elementos teóricos para perceber melhor a realidade social. E é isso que me preocupa. Eu acho que só era possível, se todas as Universidades e politécnicos avançassem para o curso de Serviço Social com Mestrado Integrado, como há noutros cursos. Não sendo possível, aconselhava como disse no início, os alunos a estudarem muito. Devem completar essa falta de teoria. Juntarem-se em grupos e refletirem em conjunto. Também tem havido, antes do confinamento, muitos seminários, muitas ações de formação, é bom irem a essas ações de formação, aprendem sempre.

Cada vez mais existem homens no Curso de Serviço Social, qual é a sua opinião?

Sempre me fez impressão haver poucos homens no Serviço Social e são fundamentais. Quando tirei o Curso, não havia nenhum homem, depois mais tarde encontrava dois, ou três, como alunos, tal como agora. Eu penso que há ainda poucos homens Mas os homens vingam mais facilmente na carreira, se forem bons, claro. O curso foi sempre considerado feminino desde os primeiros tempos. É um curso mal pago, e isso também tem de ser visto pela Ordem. Há instituições que pagam o salário mínimo. Outras não. Pagam ao nível da função pública, o que está certo.

Que mensagem deixa a todos os estudantes e profissionais de Serviço Social?

Neste momento, para além da Ordem e da Regulação da profissão, do aprofundamento de conhecimento que todos devemos de ter, um aspeto muito importante é a visibilidade do nosso trabalho, seja ele direto, com vários grupos da população, seja ele ao nível do ensino e da investigação. Deve ser conhecido do público. Mas só temos hipóteses se nos relacionarmos com a comunicação social. É preciso visibilidade do que fazemos, escrevemos, investigamos bem como as relações com os nossos pares da área das Ciências Sociais e Humanas.

Na sua perspetiva é importante dar a conhecer o nosso trabalho, através da publicação, agora começam a existir cada vez mais revistas nacionais e internacionais...

Está a ser feita bastante investigação ao nível dos mestrados e dos doutoramentos, e dos mestres e doutorados, mas possivelmente, ligado muito mais ao Serviço Social, de acordo com as áreas de investigação, de cada um. Mas também é importante a publicação em revistas científicas de outras áreas de conhecimento, sobretudo quando os problemas sociais investigados são transversais, abrangentes.

Falei de alguns aspetos da minha intervenção de um modo muito geral, porque qualquer um dos locais por onde passei, dava para um aprofundamento e uma reflexão que não foram aqui partilhados. Era impossível.

Obrigada pelo convite e por esta conversa. Desejo a todas e a todos, muito sucesso neste ano atípico. Tenham esperança, não desanimem e aprendam.